



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 484, DE 2024

Requer que seja registrado voto contrário ao Projeto de Lei nº 6235/2023.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja registrado o meu voto contrário ao PL nº 6235/ 2023, que **Institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD); altera as Leis nºs 13.483, de 21 de setembro de 2017, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.366, de 8 de junho de 2022, e 14.440, de 2 de setembro de 2022**

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto, que visa instituir a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), embora bem-intencionado ao buscar fomentar o desenvolvimento econômico, apresenta uma série de riscos e complexidades que não podemos ignorar.

Primeiramente, a criação da LCD pode introduzir uma arbitrariedade perigosa na escolha de projetos financiados. A falta de critérios claros pode levar a uma alocação ineficiente de recursos, o que é especialmente preocupante em um cenário onde precisamos de transparência e eficiência na gestão pública.

Além disso, a LCD compete diretamente com outros instrumentos de crédito, como LCIs e LCAs, potencialmente distorcendo o mercado financeiro e gerando incertezas para os investidores. A complexidade adicional na gestão dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM) também é um ponto crítico. A introdução de múltiplas taxas

de juros não só obscurece a transparência necessária, como pode aumentar os subsídios implícitos, enfraquecendo a estabilidade e a previsibilidade dos custos de financiamento.

Sabemos que a Taxa de Longo Prazo (TLP) foi um avanço significativo para alinhar os custos dos financiamentos do BNDES às condições de mercado, reduzindo distorções econômicas. Alterar essa metodologia para incluir diferentes taxas enfraquece a eficácia e a transparência conquistadas, algo que nosso país, especialmente em tempos de rigor fiscal, não pode se dar ao luxo de perder.

Portanto, considerando a complexidade do assunto, a falta de audiências públicas para o instruir, os riscos fiscais e econômicos, e a necessidade imperativa de uma gestão transparente e eficiente dos recursos públicos, declaro meu voto contra. Precisamos de medidas que promovam o desenvolvimento econômico de forma responsável e sustentável, sem comprometer a estabilidade e a confiança no nosso sistema financeiro.

Sala das Sessões, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)